

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 10 de outubro de 2025 às 07h50*  
*Seleção de Notícias*

## Metrópolis Online | BR-DF

Entidades

<b>Nova lei de pesquisa clínica facilitará testes de remédios no Brasil . . . . .</b>	<b>3</b>
BRUNO BUCIS	

## Terra - Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

<b>Inovações de universidades do PR acabam sem uso comercial por falta de suporte jurídico . . . . .</b>	<b>5</b>
NOTÍCIAS	

## Carta Capital Online | BR

Marco regulatório | INPI

<b>Aroma de perfeição . . . . .</b>	<b>7</b>
ALLAN RAVAGNANI	

Marco regulatório | INPI

<b>Empreendedorismo rural impulsiona Café Arábica de Nova Alta Paulista, nova IG brasileira . . .</b>	<b>9</b>
---	----------

## Jornal do Commercio Online | BR-PE

Propriedade Intelectual

<b>Mercosul e Canadá retomam negociações para acordo de livre comércio . . . . .</b>	<b>11</b>
MUNDO	

# Nova lei de pesquisa clínica facilitará testes de remédios no Brasil



Nova legislação moderniza o sistema brasileiro de ética em pesquisa e estabelece prazos máximos para a análise de projetos

Nessa terça-feira (7/10), o Brasil passou a ter uma nova Lei da Pesquisa Clínica. A ideia do projeto é dar bases legais para aumentar a pesquisa com medicamentos inovadores no país, impulsionando o setor farmacêutico.

Um estudo da **Associação** da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (**Interfarma**) publicado em setembro estima que a nova política beneficiará mais de 286 mil pessoas que possuem doenças com tratamentos complexos.

Antes, a aprovação de testes de remédios no Brasil podia levar até um ano. A lentidão da burocracia causava um efeito em cadeia que afetava desde os cientistas até a população. O Brasil está entre os 20 países no ranking global de estudos clínicos, mas participa de menos de 2% da pesquisa clínica mundial.

"Muitas vezes, uma universidade ou um instituto quer fazer um projeto de avaliação de medicamento e, hoje, no Brasil, isso demora em média até seis meses, em alguns casos, até um ano, para aprovação pelas várias etapas do sistema atual. Estamos modernizando esse sistema para encurtar os prazos de aprovação", afirmou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

## Como funcionará?

A lei foi aprovada em maio de 2024 e, desde agosto, o Ministério da Saúde buscava meios de organizar o novo sistema. A medida agora estabelece prazos máximos para a análise de projetos, o que reduz a espera de até 180 para apenas 30 dias.

Com ela, o governo espera posicionar o Brasil entre os 10 maiores centros de pesquisa clínica do mundo. Além de mexer nos prazos, a legislação garante direitos para os participantes voluntários dos estudos e os deveres para o pesquisador, o patrocinador e as entidades envolvidas.

Segundo Fernanda De Negri, secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde do Ministério da Saúde, essa agilidade desburocratiza o sistema e amplia os investimentos no país, aumentando o acesso de quem precisa.

"É uma decisão corajosa e arrojada, que fortalece a soberania do nosso país, além de modernizar o sistema de análise de ética em pesquisa, torná-lo mais eficiente, tanto na proteção do participante quanto na análise dos projetos", avalia a secretária.

## Quem será beneficiado?

A pesquisa clínica é vital para ampliar o acesso à inovação em saúde. Ela envolve testes em grupos controlados de pessoas que são examinadas com frequência para a avaliação da segurança de novas terapias em estudo. Ela também é, muitas vezes, uma forma de antecipar o contato de médicos e pacientes com novas tecnologias, buscando alternativas para quem já esgotou o que havia disponível.

A nova lei prevê que se um paciente estiver em um estudo de um remédio novo para uma doença grave e o

Continuação: Nova lei de pesquisa clínica facilitará testes de remédios no Brasil

tratamento fizer bem para ele e for a única alternativa disponível, o voluntário poderá continuar usando o medicamento de graça por até cinco anos depois que a pesquisa acabar.

Contudo, a continuidade pode ser interrompida em alguns casos, como se a própria pessoa quiser parar, se ela for curada, se surgir um tratamento melhor no mercado, se o remédio parar de fazer efeito ou se causar algum efeito colateral grave.

A nova lei também aumenta a proteção para todos que participam das pesquisas. Antes de entrar no es-

tudo, a pessoa recebe todas as informações de forma clara e detalhada, e só participa se assinar um termo de consentimento.

Crianças, grávidas, indígenas e pessoas presas, que são considerados grupos mais vulneráveis, ganham regras de proteção especiais e ainda mais rígidas.

Siga a editoria de Saúde e Ciência no Instagram e fique por dentro de tudo sobre o assunto!

# Inovações de universidades do PR acabam sem uso comercial por falta de suporte jurídico

NOTÍCIAS



A assinatura de prestação de serviços jurídicos em PI tem sido uma saída, que reduz em até 40% os custos operacionais

## Resumo

A falta de suporte jurídico adequado limita a comercialização de inovações acadêmicas no Paraná, mas modelos de assinatura em serviços de **propriedade** intelectual têm reduzido custos em até 40%, oferecendo maior previsibilidade e escalabilidade às empresas.

A escassez de mão de obra qualificada é um problema crônico para diversas atividades econômicas no Brasil. Quanto mais especialização um setor exige, mais grave a situação. Por exemplo, é o que ocorre, dentro do mercado de **inovação** tecnológica, com o segmento de **propriedade** intelectual, conhecido pela sigla PI.

De acordo com o Fórum Nacional de Gestores de Inovação e **Transferência** de Tecnologia (Fortec), a falta de profissionais nessa área é um dos fatores que dificultam tornar a **propriedade** intelectual produzida por instituições de ciência e tecnologia em produtos ou negócios. Pesquisa mais recente do Fortec traduz isso em números.

Segundo o levantamento, menos de um quarto (23,8%) dos núcleos de transferência de **inovação**

tecnológica (NITs) no país conseguiram, em um ano (2023), firmar novos contratos de licenciamento. Os NITs são escritórios responsáveis pela proteção de invenções criadas no ambiente acadêmico e por licenciá-las para exploração econômica.

Um dos gargalos está no suporte jurídico. Nem todas os escritórios de PI têm departamento jurídico internalizado. Primeiro, pela escassez desses profissionais. Depois, e em boa medida consequência desse fator, pelos elevados custos. A saída para esses escritórios é contratar assessorias jurídicas focadas em **propriedade** intelectual, mercado que tem apostado em novos modelos de negócios para atrair clientes.

Um desses modelos é o da contratação por assinatura. Os prestadores de serviço oferecem planos com pacote de créditos para serem utilizados pela empresa especializada em PI conforme a demanda. Isso proporciona a essas empresas maior previsibilidade de custos, e de redução e controle desses custos propriamente ditos.

É o que explica a advogada Karen Sinnema, especialista em PI e fundadora do Sinnema Barbosa, escritório jurídico especializado em **propriedade** intelectual, fundado há 12 anos em Londrina (PR) e com atuação nacional. Até o final deste ano, o escritório deve ultrapassar a marca de 5 mil serviços jurídicos executados.

"A carência de mão de obra no mercado de trabalho, para contratações; o aumento do turnover (rotatividade de colaboradores) e a escassez de qualificação profissional atingem o setor produtivo no Brasil, em suas mais variadas atividades. Com o segmento de **propriedade** intelectual, altamente especializado, não é diferente", avalia a jurista.

Continuação: Inovações de universidades do PR acabam sem uso comercial por falta de suporte jurídico

"Assim", continua a advogada, "as empresas de PI enfrentam dores como dificuldade em compor equipes técnicas robustas, com alto grau de especialização; processos travados ou atrasados por falta de profissionais experientes; e dificuldade para manter previsibilidade de custos, em um cenário de grande volatilidade de recursos humanos".

Diante desse cenário, escritórios que lidam com atuação de marcas, **patentes** e **direitos** autorais não dispõem de departamento jurídico próprio. Recorrem, então, a escritórios de advocacia especializados. A oferta de planos de assinaturas se constitui em um modelo que atende tanto às necessidades das empresas de PI como potencializam os negócios desses escritórios jurídicos.

É o que explicam os outros dois sócios do escritório paranaense, Thiago Galito Barbosa e Renata Barbosa. A solução em planos de assinatura do Sinnema Barbosa é voltada principalmente a empresas de PI que atendem mais de 100 clientes, e que têm elevada demanda jurídico-administrativa mensal.

"São empresas de PI que precisam escalar suas entregas com segurança, previsibilidade e sem ampliar

o time interno. Ainda, que querem ampliar o portfólio de serviços, porém sem a necessidade de implementar um departamento jurídico próprio", afirmam. "A assinatura proporciona redução de até 40% dos custos operacionais, além de garantir escalabilidade com segurança jurídica".

Os planos de assinatura podem ser semestrais ou anuais. Incluem diagnóstico gratuito da operação contenciosa jurídico-administrativa da empresa de PI e soluções sob medida para cada demanda.

Os serviços contratados abrangem especialistas em contencioso administrativo e judicial de PI; atuação completa junto ao **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**), atendimento sob demanda, sem vínculos trabalhistas, além de mais de uma dezena de procedimentos no âmbito de contencioso administrativo (quando não há necessidade de se ingressar com ação na Justiça).

(\*) Homework inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

## Aroma de perfeição

Pequenos produtores transformam a Serra do Caparaó em símbolo do café premium

Era 2019 quando uma pequena produtora de café decidiu arriscar um caminho diferente para a lavoura da família. Até então, o grão era -commodity, colhido e secado em terreiros simples, sem diferenciação no mercado. O ponto de virada veio após um curso de degustação. Diante da mesa de prova, ela percebeu que o café poderia ter sabores, aromas e destinos muito mais amplos. Voltou para casa decidida a experimentar. Pediu ao marido que construísse um terreiro suspenso e começou a separar grãos maduros para testar. Em um sítio de baixa altitude, contrariando o senso comum da época, produziu os primeiros lotes especiais. O resultado surpreendeu. No mesmo ano, conquistou prêmios em concursos regionais e nacionais, abrindo as portas para as exportações.

A produtora se chama Silmara -Emerick, quarta geração de uma família da mineira Alto Jequitibá que transformou uma propriedade modesta em referência de inovação, qualidade e empreendedorismo. Ao lado do marido e dos filhos, Emerick manteve a tradição e renovou a forma de viver do café. Sua trajetória simboliza a guinada da região do Caparaó nas últimas duas décadas. Tradicional produtora, a área formada por 16 municípios de Minas Gerais e Espírito Santo tornou-se símbolo dos cafés especiais produzidos no Brasil e que têm conquistado o mundo, com Denominação de Origem reconhecida pelo **Instituto** Nacional da Propriedade Industrial em 2021. O nome indígena Caparaó significa "águas cristalinas que rolam das pedras" e traduz a ligação íntima entre o território, o meio ambiente e o modo de vida das famílias produtoras.

São cerca de mil agricultores na região, quase todos em pequenas propriedades familiares. A geografia montanhosa impede a mecanização, mas transforma a colheita manual em ativo. Cada grão é escolhido com cuidado, preservando a qualidade. A altitude acima de mil metros, os microclimas criados pelo

parque nacional na região e o modo de produzir re-passado de geração em geração resultam em cafés naturalmente doces, com notas de mel, chocolate, rapadura e frutas.

A partir dos anos 2000, programas de capacitação e instituições de apoio ensinaram os produtores locais a investir na pós-colheita e em boas práticas de manejo. A região acumulou prêmios nacionais e internacionais, tornando-se território de excelência. Para dar coesão ao movimento, nasceu a Associação de Produtores de Cafés Especiais do Caparaó, em 2016, responsável por organizar certificações, treinamento e ações de marketing. Por meio da entidade, produtores conquistaram a Denominação de Origem, um selo que garante rastreabilidade, identidade e comprovação de qualidade. Para compradores e consumidores, o certificado significa que cada lote pode ser rastreado até o produtor, talhão e método de secagem, com laudo técnico atestando suas características. Para os agricultores, representa valorização, proteção da reputação coletiva e melhores preços no mercado.

A colheita manual é um dos segredos, assim como o manejo sustentável

"Aqui sempre se produziu café, mas o especial ganhou notoriedade há 15 ou 20 anos", lembra Gustavo Villas Boas, produtor na mineira Espera Feliz. "O que nos diferencia é a combinação de altitude, microclima e a cultura familiar que se mantém viva." Essa ligação com o meio ambiente é essencial. A proximidade com o parque nacional faz com que a preservação de nascentes e encostas esteja diretamente ligada à qualidade da lavoura. Muitos produtores incorporaram práticas regenerativas, como plantio de árvores nativas, manutenção de cobertura do solo, uso racional da água e reciclagem de resíduos. A sustentabilidade deixou de ser discurso e passou a ser rotina, influenciando diretamente na produtividade e na imagem internacional do café da região.

Continuação: Aroma de perfeição

O empreendedorismo também ganhou novas formas de expressão. Famílias como a De Lacerda, em Espera Feliz, transformaram a lavoura em vitrine de cafés premiados e abriram as portas para o turismo. Colheitas artesanais, oficinas de abanação e provas conectam visitantes à realidade da roça, mostrando que a experiência é outro produto de valor. A integração consolidou-se com a Rota de Experiências Caparaó Mineiro, lançada em 2025, em parceria com o Sebrae Minas, prefeituras e cooperativas de crédito. São 13 vivências turísticas que unem cafeicultura, gastronomia, cultura local e hospitalidade. Os turistas acompanham todo o processo, da colheita manual à torra, aprendem a identificar aromas e sabores e se conectam à história das famílias. Mais que atrativo, o turismo tornou-se um complemento de renda. Pequenos negócios se reinventaram para receber visitantes, abrir cafeterias, oferecer hospedagem e transformar a identidade cafeeira em motor econômico. A governança coletiva se fortaleceu, organizando sinalização, marketing territorial e formação profissional. O café, antes visto apenas como produto agrícola, agora é vetor de desenvolvimento integrado.

Nesse ponto, o caso de Emerick destaca-se novamente. Depois das premiações iniciais, a cafeicultora diversificou a produção com uma pequena torrefação instalada no sítio. Hoje, vende cafés tor-

rados diretamente ao consumidor final, em redes sociais e cafeterias, e exporta para diferentes países. A família incorporou ainda práticas mais sustentáveis: deixou de queimar lixo, planta árvores e controla custos, além de ter certificado a propriedade. "Antes, a gente não sabia nem quanto custava uma saca de café. Hoje sabemos, e isso mudou a nossa forma de ver a roça", diz a produtora. O café especial, segundo ela, não é só qualidade na xícara. É dignidade para o agricultor, renda para a família, respeito ao meio ambiente e futuro para os filhos que decidiram permanecer no campo.

Do primeiro terreiro suspenso ao selo de Denominação de Origem, o Caparaó encontrou um caminho no qual tradição e inovação caminham juntas. E nas águas que rolam das pedras, como define o nome indígena da serra, brota o esforço de produtores como Silmara Emerick, que fizeram da sustentabilidade e do empreendedorismo a marca do café de aromas e sabores únicos de um pedaço especial do Brasil.

Publicado na edição nº 1383 de CartaCapital, em 15 de outubro de 2025.

Este texto aparece na edição impressa de CartaCapital sob o título 'Aroma de perfeição'



## Empreendedorismo rural impulsiona Café Arábica de Nova Alta Paulista, nova IG brasileira



Reconhecimento do **INPI**, com apoio do Sebrae, fortalece pequenos produtores, valoriza a origem e estimula o turismo regional

O Café Arábica da região de Nova Alta Paulista, no oeste paulista, conquistou a 143ª **Indicação** Geográfica (IG) do Brasil, concedida pelo **Instituto** Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**). O reconhecimento, na categoria Indicação de Procedência (IP), destaca a tradição e a reputação da região na produção de cafés de alta qualidade, fortalecendo o valor de origem e a identidade do produto.

Composta por 30 municípios e mais de 1.200 produtores, a região tem no café um de seus principais motores econômicos. Para os empreendedores rurais, o selo de IG representa mais do que um certificado: é uma ferramenta de valorização comercial e um incentivo à permanência no campo.

Sebrae impulsiona pequenos negócios

A coordenadora de Tecnologias Portadoras de Futuro da Unidade de Inovação do Sebrae, Hulda Giesbrecht, afirma que o resultado reflete um trabalho coletivo e integrado. "O registro é resultado de um esforço conjunto e um incentivo a mais para o desenvolvimento local e regional de toda a cadeia produtiva, além de ser um elemento estratégico para

o turismo", explica.

O Sebrae atua em diversas etapas do processo de obtenção das Indicações Geográficas, desde a capacitação dos produtores até a estruturação da governança local. O impacto econômico é expressivo: produtos com IG podem alcançar valorização de até 300% no mercado, segundo a instituição.

Em setembro, as rendas de bilro de Aquiraz (CE) haviam conquistado a 142ª IG do país, também na categoria de Indicação de Procedência, reforçando o papel das IGs como vetor de empreendedorismo e fortalecimento de territórios produtivos.

Indicações Geográficas e fortalecimento do empreendedorismo rural

As Indicações Geográficas são instrumentos que unem tradição, identidade e empreendedorismo. Elas funcionam como selo de autenticidade, destacando o vínculo entre o produto e sua origem. O reconhecimento estimula a inovação dentro da agricultura familiar, fortalece associações locais e amplia oportunidades de negócios em nichos de alto valor agregado.

Há dois tipos de IGs: a Indicação de Procedência (IP), que reconhece regiões conhecidas pela produção de determinado bem, e a Denominação de Origem (DO), que atesta que as características do produto dependem diretamente de fatores naturais e humanos da localidade.

Ao conquistar o registro, o Café Arábica de Nova Al-

Continuação: Empreendedorismo rural impulsiona Café Arábica de Nova Alta Paulista, nova IG brasileira

ta Paulista se une a uma lista de produtos brasileiros reconhecidos por sua autenticidade, como o Vinho do Vale dos Vinhedos (RS), o Queijo Canastra (MG) e o Cacau do Sul da Bahia (BA) - exemplos de como o empreendedorismo regional pode gerar desenvolvimento sustentável e competitividade global.

## Mercosul e Canadá retomam negociações para acordo de livre comércio



Vendas do Brasil ao Canadá atingiram US\$ 6,3 bilhões em 2024. Os principais itens: alumínio, ouro, aço, máquinas e equipamentos, aeronaves e café

Texto com análise detalhada e de caráter opinativo a respeito de produtos, serviços e produções artísticas, nas mais diversas áreas, como literatura, música, cinema e artes visuais.

Abordagem sobre determinado assunto, em que o tema é apresentado em formato de perguntas e respostas. Outra forma de publicar a entrevista é por meio de tópicos, com a resposta do entrevistado reproduzida entre aspas.

Reportagem de fôlego, que aborda, de forma aprofundada, vários aspectos e desdobramentos de um determinado assunto. Traz dados, estatísticas, contexto histórico, além de histórias de personagens que são afetados ou têm relação direta com o tema abordado.

É a matéria que traz subsídios, dados históricos e informações relevantes para ajudar a entender um fato ou notícia.

Conteúdo que faz a verificação da veracidade e da autenticidade de uma informação ou fato divulgado.

É a matéria institucional, que aborda assunto de interesse da empresa que patrocina a reportagem.

Texto analítico que traduz a posição oficial do veí-

culo em relação aos fatos abordados.

É a interpretação da notícia, levando em consideração informações que vão além dos fatos narrados. Faz uso de dados, traz desdobramentos e projeções de cenário, assim como contextos passados.

Reportagem que traz à tona fatos ou episódios desconhecidos, com forte teor de denúncia. Exige técnicas e recursos específicos.

Texto predominantemente opinativo. Expressa a visão do autor, mas não necessariamente a opinião do jornal. Pode ser escrito por jornalistas ou especialistas de áreas diversas.

É o fato ou acontecimento de interesse jornalístico. Pode ser uma informação nova ou recente. Também diz respeito a uma novidade de uma situação já conhecida.

Vendas do Brasil ao Canadá atingiram US\$ 6,3 bilhões em 2024. Os principais itens: alumínio, ouro, aço, máquinas e equipamentos, aeronaves e café

e escute a matéria

O Mercosul e o Canadá retomaram nesta quinta-feira (9) as negociações para um acordo de livre comércio, em reunião no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), em Brasília. O encontro, que prossegue nesta sexta-feira (10), pretende atualizar os entendimentos entre o bloco sul-americano e o país norte-americano em meio à imposição de tarifas unilaterais pelo governo de Donald Trump.

A retomada do diálogo ocorre após a visita ao Brasil, em agosto de 2025, do ministro de Comércio Internacional do Canadá, Maninder Sidhu, que se reu-

Continuação: Mercosul e Canadá retomam negociações para acordo de livre comércio

niu com o vice-presidente e ministro do Mdic, Geraldo Alckmin. Na ocasião, os dois lados reforçaram o interesse em aprofundar o diálogo econômico e reativar a agenda de negociações.

De acordo com a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), o movimento reflete o compromisso do Mercosul em buscar acordos comerciais modernos, equilibrados e mutuamente benéficos. As negociações, informou o Mdic, seguem os moldes dos já concluídos com Singapura, União Europeia (UE) e a Associação Europeia de Livre Comércio (Efta), grupo de países fora da UE formado por Islândia, Noruega, Suíça e Liechtenstein.

Esses resultados, informou o Mdic, têm servido de referência para a atualização dos compromissos negociados, fortalecendo o papel do bloco como ator relevante no comércio internacional.

O encontro reúne chefes negociadores e equipes técnicas do Canadá e dos quatro países-membros do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), com o objetivo de revisar avanços, pendências e prioridades nos diferentes capítulos temáticos e institucionais do acordo.

Entre os temas em discussão estão acesso a mercados, regras de origem, facilitação de comércio, bar-

reiras técnicas, medidas sanitárias e fitossanitárias, serviços e investimentos, compras governamentais, **propriedade** intelectual e meio ambiente. Também estão em pauta capítulos relacionados à concorrência, micro e pequenas empresas, trabalho, comércio e gênero, além de povos indígenas.

## Relação comercial

Em 2024, a corrente de comércio bilateral (soma de exportações e importações) entre Brasil e Canadá somou US\$ 9,1 bilhões. No ano passado, o país foi o nono destino mais importante das exportações brasileiras e ocupou a 19ª posição na origem das importações.

As vendas do Brasil ao Canadá atingiram US\$ 6,3 bilhões no ano passado, com destaque para produtos da indústria de transformação, que representaram 91% do total exportado. Entre os principais itens enviados estão alumínio, ouro, aço, máquinas e equipamentos, aeronaves e café.

As importações do Canadá somaram US\$ 2,8 bilhões em 2024, com destaque para adubos e fertilizantes químicos, motores e máquinas não elétricos e aeronaves.

## Índice remissivo de assuntos

**Entidades**

3

**Propriedade Intelectual**

5, 11

**Direitos Autorais**

5

**Inovação**

5

**Marco regulatório | INPI**

5, 7, 9

**Patentes**

5

**Propriedade Industrial**

5, 7, 9

**Denominação de Origem**

9